



**REVISITANDO O LIVRO DE HISTÓRIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DA LEI 10.639/2003**

Márcia Costa Pinheiro¹

Flávia Rodrigues Lima da Rocha²

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma análise do livro didático de História, identificando as mudanças ocorridas no mesmo a partir da Lei 10.639/2003. Este trabalho se faz importante, pois tem o propósito de observar como o negro está inserido neste livro a partir da referida lei. Tem como objetivo entender como é o tratamento dispensado ao negro neste material didático. Foram realizados estudo do referencial teórico, onde se buscou um embasamento da temática, apoiado em autores como Bitencourt (2004) e Jesus (2012). E análise do livro didático de História, do 3º ano, do Ensino Médio da coleção História Sociedade & Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior. Desta forma, em uma análise comparativa, pode-se perceber que houve poucas mudanças de uma edição para a outra e as que aconteceram não privilegiaram a temática estudada, visto que foi constatada uma redução tanto nas imagens quanto nos textos no que diz respeito à temática trabalhada.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Lei 10.639/2003. Livro didático.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto Revisitando o Livro de História da Educação Básica Através da Lei 10.639/2003, da Universidade Federal do Acre – Ufac o qual tem como proposta, observar se os livros didáticos estão aplicando a referida lei em seus conteúdos, bem como compreender como o negro está sendo retratado nestes livros.

No Brasil, o livro didático foi idealizado para servir ao ensino da elite, visto que só esta camada da sociedade tinha acesso à educação, quando este serviço foi ampliado, passando a receber um público maior, houve a necessidade de um aumento do livro didático para atender a demanda que esta nova configuração da educação exigia, se fazendo necessário

¹ Professora substituta do Curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Acre-Ufac, E-mail: marcia.costa66@hotmail.com

² Professora de História da Universidade Federal do Acre. E-mail: flavia_rocha80@hotmail.com



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

políticas que atendessem a esta nova condição do mesmo. A partir de 1971 foram desenvolvidos vários programas voltados a uma melhor produção e distribuição deste material, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985.

Muito embora o livro didático possa ser um instrumento de reprodução de ideologias, valores e cultura imposta por grupos dominantes, ele tem sido o principal material para professores e alunos. No Brasil, durante muito tempo privilegiou-se uma história eurocêntrica que, através do livro didático, representava o negro estereotipado, estigmatizado, em papéis e funções negativas e subordinadas, que ajudaram a propagar a discriminação e o preconceito.

Com a redemocratização do país, nos anos 1980, surgiram grupos que lutavam por uma maior diversificação dos conteúdos históricos na educação, inclusive como a inclusão obrigatória da história e cultura africana e afro-brasileira através da Lei 10.639/2003, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/1996. Desta forma os livros didáticos de História, têm sido os mais investigados em seus conteúdos e são analisados a partir de discursos ideológicos como forma de introduzir o domínio e a exclusão, bem como a manutenção de silenciamento, alteridade e estereótipos sobre os negros quando se tem principalmente a falta de suas representações, contribuições e cultura abordadas neste material didático.

Na luta por uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial pode-se destacar a atuação do movimento negro, que batalha para garantir que a história deste povo seja contada e respeitada. Como resultado destas lutas e reivindicações, surge a Lei 10.639/2003 que dá obrigatoriedade ao Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), que normatiza e dá aporte para uma educação que contemple a cultura africana e afro-brasileira, oportunizando uma revisão destes conteúdos.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído por meio do decreto 91.542/1985, substituindo programas anteriores e que em seu *caput* deliberava que a Fundação de Apoio ao Estudante (FAE) controlaria as decisões de planejamento, compra e distribuição do livro didático, que a produção editorial ficaria a cargo da iniciativa privada, que haveria participação dos professores na escolha dos livros, o aperfeiçoamento



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

técnico para que os mesmos pudessem durar três anos e a implantação de bancos destes materiais didáticos. Estas políticas diminuíram o papel do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no que tange o livro didático.

Em 1990 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) retoma suas atividades perante o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sobre o qual, neste mesmo período, se iniciam pesquisas, avaliando sua capacidade de garantir oferta de livros de qualidade. É criado mecanismo de avaliação dos mesmos, bem como a contratação de universidades públicas para coordenar a avaliação das coleções inscritas mediante edital, tendo como preocupação anacronismos, explicações simplificadas, estereótipos e combate ao racismo.

Em 1993 é implantada uma nova política para o livro didático, visando uma melhor qualidade do mesmo, bem como a capacitação para que professores pudessem avaliá-los e selecioná-los. É nomeada uma comissão de especialistas para cada área do conhecimento e estabelecido critérios para servir de base para novas aquisições.

Em 1995 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) iniciou o processo de avaliação de livros didáticos assumidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e contou com vários órgãos relacionados a esta área, bem como promoveu vários eventos para definir critérios que servissem de parâmetros para sua avaliação, dentre estes critérios está expresso que não pode haver no livro conteúdos que façam referências a preconceitos de origem, cor, “raça” ou qualquer outro teor que resultem em preconceito e discriminação.

Durante todo o processo de avaliação desenvolvida ao longo dos anos foi possível perceber os avanços na elaboração de livros didáticos que propiciassem ao aluno uma melhor aprendizagem. Outra mudança importante que vem se delineando no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é a incorporação de uso de novas tecnologias articuladas ao seu conteúdo.

O livro didático é, na maioria das vezes, o único material oferecido aos alunos, fazendo parte do cotidiano escolar como forma de apoio no processo de ensino/aprendizagem, tendo uma importante função no processo educativo do país. Pesquisas demonstram que já aconteceram mudanças que melhoraram o livro didático e que o mesmo está se adaptando às exigências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mas, apesar dos avanços ocorridos, existem desafios a serem superados sobre seus conteúdos,



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

especialmente no que tange à educação da história e cultura africana e afro-brasileira, bem como das relações étnico-raciais. Neste sentido,

O Ensino de História é um campo privilegiado, no que diz respeito às questões de identidade e diferenças, pois está intimamente ligada às duas. Ao escolher o que ensinar e como ensinar em História o professor está escolhendo as identidades a serem privilegiadas e os grupos a serem excluídos. (FRAZÃO E RALEJO. 2014 p.176).

As autoras chamam a atenção para a importância do professor em relação ao que se aborda em sala de aula. Desta forma, este trabalho de análise do livro didático de História, a partir da Lei 10.639/2003, se faz necessário para que se possa entender de que forma esta temática está inserida no referido livro, bem como, servir de instrumento que desperte no professor um olhar crítico para um conteúdo que possa privilegiar ou excluir.

Entende-se que a Lei 10.639/2003 é um importante instrumento no combate às desigualdades sociais e que através dela o ensino africano e afro-brasileiro se tornou obrigatório, sendo necessária a sua inclusão nos Referenciais Curriculares Estaduais e no livro didático. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é analisarem duas edições se/como esta temática está sendo abordada no referido livro e como a Lei 10.639/2003 vem contribuindo para que este material didático, em seus conteúdos, seja promotor do enfrentamento ao racismo, do respeito étnico-racial e da igualdade de direitos.

Os objetivos específicos deste trabalho estão divididos em três: Primeiro, identificar no livro didático de História, elementos que, mesmo após a Lei 10.639/2003, ainda continuam em seus conteúdos e que contribuem para reproduzir o racismo na escola e conseqüentemente na sociedade.

Segundo, compreender como os conteúdos do livro em estudo estão sendo abordados, após a Lei 10.639/2003, pois se faz importante identificar os avanços ocorridos após a referida lei, bem como as limitações que impedem as mudanças no sistema educacional, mudanças estas que podem levar à promoção da igualdade racial e do respeito às diferenças,

Terceiro, comparar como as edições deste livro vêm sendo adaptadas para corresponder às expectativas que a lei estabelece, modificando assim a forma como o negro é inserido em seus conteúdos, bem como a forma de lhes dar visibilidade e reconhecimento.



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Sendo este trabalho o resultado de um projeto que envolve uma equipe de pesquisadores. A metodologia usada para sua realização se dividiu em dois momentos distintos. O primeiro se iniciou com um estudo do referencial teórico, escritas de resumos e resenhas, que inicialmente foram feitos individualmente e, partir deles, aconteceram discussões em grupo, onde se buscou um embasamento da temática, bem como compreender de que forma o negro está inserido no livro didático de História e se houve mudanças referentes a estes sujeitos, no livro, a partir da Lei 10.639/2003, visto que eles, ao longo da história tiveram uma representação negativa e pouco significativa neste manual de ensino, foram silenciados em suas importantes contribuições na construção da sociedade brasileira, por motivos ideológicos e políticos de uma sociedade historicamente eurocêntrica.

Reconhecendo o tratamento negativo dispensado a este grupo ao longo da história e com o intuito de promover a igualdade racial na escola e, conseqüentemente, na sociedade é que a Lei 10.639/2003 vem tornar obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, promovendo assim uma discussão da temática étnico-racial visando superar o preconceito racial ao qual este grupo vem sendo historicamente submetido.

Após embasamento da temática, foram elaborados critérios que serviram para análise das relações étnico-raciais no material didático já citado. A partir destes critérios se puderam analisar aspectos como apresentação do livro em seu título, ano da edição e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), autor e como ele está organizado; quais os conteúdos de história africana e afro-brasileira e como eles estão desenvolvidos; a representatividade étnico-racial e como o negro está sendo representado em textos e em imagens. Por fim, fazer uma comparação entre as edições da coleção para compreender como ele vem sendo adaptado para se adequar aos desafios propostos a partir da Lei 10.693/2003, para trabalhar o racismo e suas conseqüências para a cidadania plena.

No segundo momento foi feita a análise dos livros didáticos de História (manual do professor), do 3º ano, do Ensino Médio da coleção História Sociedade & Cidadania, 1ª edição/2013, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para ser usado no período de 2015 a 2017 e da 2ª edição/2016, aprovada para ser usado entre 2018 e 2020. A escolha desta coleção se deu a partir do relatório do Programa Nacional do Livro Didático



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

(PNLD), de 2017, onde se constatou ser ela uma das coleções mais requisitadas pelos professores em todo Brasil, no ano de 2017.

O autor desta obra, Alfredo Boulos Júnior, é doutor em História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), mestre em Ciências, com área de concentração em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP), lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares, é autor de obras didáticas e paradidáticas, assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação em São Paulo.

A 1ª edição/2013 é classificada como tipo um (esta classificação é feita a partir do edital Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015, que possibilitou a inscrição de dois tipos de obras a serem adotadas no Ensino Médio: tipo um, a obra multimídia, composta de livros digitais e livros impressos e tipo dois, obra composta de livros impressos e em Formato Portátil de Documento (PDF).

Esta coleção conta com três livros digitais, um para cada ano. Em sua forma de organização quanto aos conteúdos, é classificada em integradas e temáticas. Este livro é temático e segue uma cronologia linear intercalando temas da História Geral com História do Brasil, da América e da África, seguindo assim a metodologia de História Integrada. A capa do livro retrata a foto de um protesto ocorrido no bairro de Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 2011. Este protesto foi organizado pela internet e visava recolher assinaturas para apoiar um projeto de lei que propunha classificar a corrupção como crime hediondo.

Na abertura de cada capítulo é introduzido o assunto que vai ser trabalhado, através de imagens e textos que estabelecem um diálogo com o título e também estão inseridas seções que vão dinamizando o tema estudado.

A 2ª edição/2016 apresenta, em cada volume, quatro unidades temáticas, organizadas de forma cronológica, com ênfase nas dimensões política e econômica. O volume três, que está em análise neste texto, inicia com acontecimentos do século XIX até os dias atuais com a Nova Ordem Mundial. A capa do livro retrata a foto de uma apresentação do grupo de danças do Centro de Tradições Gaúchas (CGT) Ronda Churra, do município de Farroupilha, durante um evento ocorrido em Santa Maria (RS).



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Nesta obra foram utilizados os referenciais teóricos da Nova História, pois, segundo o autor, esta escolha parte de um entendimento da história como um conhecimento em constante construção, o entendimento do documento como ponto de partida e não de chegada à construção do conhecimento e incorpora as ações e falas das mulheres, dos negros, dos indígenas e de outros sujeitos antes relegados ao esquecimento.

Foi também utilizada a história social inglesa, para entender episódios decisivos na formação do mundo atual, como a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa, a Revolução Industrial, o Imperialismo, entre outros. Por fim o autor afirma ter dado maior ênfase aos conteúdos de história política e do passado público, por achar que neste nível do ensino tais conteúdos se tornam decisivos para que o aluno desenvolva uma consciência crítica e possa orientar suas práticas como cidadão.

Na 1ª edição, as páginas destinadas à orientação dos professores são abordadas os conteúdos que serão trabalhados com os alunos durante o ano letivo. Destes conteúdos percebe-se que na 1ª edição/2013, se destaca dez páginas com os temas referentes à temática a qual está sendo analisada, como: *a luta pela inserção da África nos currículos; porque estudar a temática afro (texto de apoio à implementação da Lei 10.639/2003); anemia falciforme; associações culturais e movimentos negros;* e, ainda, uma página e meia falando da *descolonização do Zaire*. Concluindo esta parte com um texto *O caminho em direção à igualdade* e sugestões de livros, sites e filmes sobre a temática.

Na 2ª edição/2016, a terceira parte do *Material de Apoio ao Professor*, intitulada *Cidadania, Etnia e Gênero*, apresenta a discussão sobre estas temáticas, esta seção começa com um texto sobre as lutas e conquistas do movimento negro e a Lei 10.639/2003, bem como a Lei 11.645/2008 faz um questionamento se as temáticas afro, indígena e de gênero devem ser estudadas por obediência à lei, além de inserir textos que poderão nortear o ensino das referidas temáticas, onde se pode destacar seis páginas destinadas à temática afro, sendo que duas são de sugestões de livros, filmes e sites e as demais vão abordar temas referentes aos africanos e afro descendentes e principalmente as associações culturais destes grupos. Neste sentido, Sá (2010), destaca em sua obra que mesmo existindo sérias barreiras à cultura negra na sociedade e principalmente nas escolas, os avanços alcançados até hoje são importantíssimos e destaca que a Lei 10.639/2003 é uma prova disso.



Revista
Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

O manual do aluno está dividido em quatro Unidades e treze Capítulos. Em ambas as edições apenas o capítulo oito faz referência à temática trabalhada, com o título *Independências: África e Ásia*, que está inserida na Unidade III, e tem como título *Movimentos social: passado e presente*. Na Unidade I com o título *Resistência e dominação*, no Capítulo um, que tem por título *Industrialização e Imperialismo*, no subtítulo, que faz referência ao imperialismo há quatro páginas que fala da dominação e resistência africana.

Das ilustrações de ambas as edições, o negro está de alguma forma, inserido em algumas delas que dizem respeito ao negro ou à África e aos africanos e afro descendentes, porém, algumas servem apenas para ilustrar conteúdos e não são contextualizadas. Por exemplo, na página 184, das duas edições, uma foto de Garrincha servindo para ilustrar um tema sobre democracia no governo de Dutra e Jango, na página 195 das duas edições uma foto de artistas negros com o presidente Juscelino Kubitschek servindo para ilustrar um tema sobre o desenvolvimento do Brasil naquele governo e na página 276 da 1ª edição/2013, uma foto de soldados no Haiti para ilustrar um tema sobre a atuação do Brasil durante o governo Dilma, e as forças de paz da ONU no Haiti em 2000, esta foto está fora do contexto, pois não explica o porquê do Haiti está nesta situação, bem como as imagens anteriores que não têm ligação com os temas; na 2ª edição/2016, esta imagem é retirada.

Neste sentido, Bittencourt (2008) pergunta como são realizadas as leituras de imagens no livro didático, se elas complementam os textos ou servem apenas para ilustrá-los e torná-los mais atrativos para os alunos, e destaca o caráter mercadológico e as condições que interferem na seleção das imagens e como, ao longo do tempo, os autores foram perdendo o poder sobre as ilustrações de suas obras, ficando estas escolhas nas mãos de especialistas em iconografias contratados pelas editoras.

Em se tratando de conteúdos, na Unidade I, no Capítulo um, *Industrialização e Imperialismo*, são destinadas quatro páginas que falam sobre a dominação e resistência na África; na 1ª edição/2013, na abertura do capítulo tem uma charge como corpo de um africano enrolado em uma serpente que tem a cabeça como a imagem do Rei da Bélgica, Leopoldo II, no tópico *África: dominação e resistência* o autor aborda a chegada dos europeus na África e a Conferência de Berlim, evento onde os europeus criaram regras e condições que favorecesse a ocupação do continente africano. No canto da página em um espaço destacado



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

de amarelo o autor explica que os cientistas Sérgio D. J. Pena e Telma S. Birchall, afirmam que no que diz respeito à genética e a Biologia não existem raças humanas, mas que este conceito é derivado de uma construção social, a partir de onde se forma o racismo, ou seja, a diferença se transforma em desigualdade.

Na 2ª edição/2016 a imagem de abertura do capítulo é a charge de um globo terrestre, representando a partilha dos continentes pelos alemães, ingleses e russos, ficando em evidência o continente africano, abordando sobre a industrialização na Europa, no século XIX, e a questão do imperialismo, onde a África vai estar inserida. Explica sobre a teoria do “darwinismo social” que justificou a dominação do branco europeu sobre os demais povos, bem como aconteceu à colonização da África.

Ao final deste capítulo, na seção *Vozes do presente* há uma foto de um europeu e um líder africano celebrando um acordo e um texto de Marina de Mello e Souza, professora de História da África da Universidade de São Paulo (USP), que fala do controle que os colonizadores exerciam sobre os chefes locais, fosse por guerra ou por acordos diplomáticos, fala também da espoliação que os africanos e seus territórios sofreram, tanto com a exploração de mão de obra escrava para outros continentes como quanto pela exploração da riqueza dos seus países.

No Capítulo três da mesma unidade, *Primeira República: dominação e resistência* em um espaço denominado *Para Refletir* (1ª edição/2013) e *Você Cidadão!* (2ª edição/2016), há uma foto do escritor negro Lima Barreto e uma brevíssima explicação sobre quem é ele e sobre sua obra que fala dos preconceitos e dos desmandos vivido pelos negros no Rio de Janeiro durante a Primeira República, neste mesmo capítulo no tópico que fala das *revoltas na Primeira República*, em ambas as edições, foram destinadas quatro páginas para falar da guerra de Canudos, do Contestado e do Cangaço e, em nenhuma destas revoltas se faz referência aos negros, deixando a impressão que eles não fizeram parte destes movimentos que marcaram tão bem este período, demonstrando mais uma vez como o negro é silenciado na história brasileira; no tópico *modernização e revolta no Rio de Janeiro* foi destinada uma página, com texto e imagem, para falar da revolta da chibata.

Na Unidade II, Capítulo quatro, das duas edições, *A grande depressão e o fascismo*, no tópico *A ditadura nazista do terceiro Reich* há uma foto do um atleta estadunidense Jesse



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Owens, um atleta negro que ganhou quatro medalhas de ouro na olimpíada da Alemanha, e que, segundo o autor derruba a teoria de Hitler sobre a superioridade da raça ariana.

Na Unidade III, Capítulo oito, *Independências: África e Ásia*, na 1ª edição/2013, são destinadas treze páginas para falar sobre a África, na 2ª edição/2016, são apenas nove. O capítulo é iniciado com o canto *Mama Negra*, denominado “canto da esperança” que fala da esperança de liberdade de todos os negros que foram trazidos da África e estão na condição de escravizados em vários lugares do mundo, com fotos e textos ele vai explicando conceitos como pan-africanismo e negritude, personagens que foram destaques nos movimentos de libertação da África, bem como o processo que ocorreu nas diferentes colônias africanas e que culminaram na independência das mesmas. Nas seções *Texto como fonte* e *Imagem como fonte* (1ª edição/2013) e, *Para refletir* (2ª edição/2016) são ilustradas com fotos de personagens importantes e textos com o que eles fizeram na/pela África.

No Capítulo dez da mesma unidade, das duas edições, na seção *Para saber mais* em um pequeno texto, da metade da página, fala do teatro no Brasil de Dutra (1946-1951), que usava atores brancos pintados de preto para representar personagens negros, a censura proibia a atuação de atores negros no teatro, pois suas atuações denunciavam o racismo brasileiro. Vale lembrar que esta prática se originou nos Estados Unidos, onde negros eram representados por brancos de forma esdrúxula. Surgindo, assim a expressão “Black face”, onde atores brancos representavam os negros de forma caricata e exagerada, com o intuito de ridicularizá-los. Após anos de luta, o “Black face” foi considerado uma atitude racista e a crítica a esta prática passou a ser um forte instrumento na luta contra o preconceito sofrido pelos negros.

Neste mesmo capítulo, da primeira edição, na seção *O texto como fonte* em duas páginas fala do *Movimento negro no Brasil nos anos de 1945 a 1964*, que lutavam pelos direitos dos negros através de movimentos culturais. Segundo Jesus (2012), nem todos os negros se conformaram com a condição histórica de silenciamento e alteridade no Brasil, e desta situação surgem os movimentos que vêm resgatar esta liberdade de ser negro, desconstruindo “verdades” hegemônicas que os brancos impuseram.

Na seção *Atividades* no tópico *Discutindo o presente*, em um parágrafo o autor relata que em 2003, após 93 anos que aconteceu a Revolta dos Marinheiros, um decreto



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

governamental devolve as patentes dos marinheiros envolvidos nesta Revolta, permitindo que eles recebessem na justiça o que eles tinham direito se estivessem na ativa e resgatando a memória destes marujos, em especial a de seu líder, João Cândido.

Na Unidade IV, *Meio ambiente e saúde* Capítulo doze, *O fim do bloco soviético e a nova ordem mundial*, em duas páginas com textos e imagens falando sobre o Brics, sigla para o bloco formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e da comunidade para o desenvolvimento da África Meridional SADAC (do inglês Southern África Development Comunit), e uma página falando das lutas populares na África do Norte e no Oriente Médio. No Capítulo treze da mesma unidade *O Brasil na nova ordem mundial*, no tópico, *Seis grandes desafios a serem vencidos*, um parágrafo para falar do quinto desafio, *Desigualdade entre homens e mulheres e entre brancos e negros* que fala sobre a desigualdade de oportunidades entre eles.

Segundo a avaliação feita pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), (2018), a história da África e a história e cultura afro-brasileira é discutida por meio da referência à Lei 10.639/2003. A partir dessa abordagem, a obra historicista a luta pela inserção da África nos currículos, bem como justifica a temática africana pelo eixo da construção da cidadania.

As imagens atribuídas aos africanos e afro-brasileiros conferem destaque a esses sujeitos nos processos históricos em diferentes momentos da história brasileira e mundial. Na abordagem da história africana ressalta-se a preocupação em destacar a diversidade de grupos e experiências com textos e imagens que evidenciam sua presença nas artes e em lutas políticas, valorizando suas práticas culturais.

Em vários capítulos, a história de alguns países africanos ganha destaque. Neste sentido, Rocha (2006), afirma que tais questões postas, sinalizam que o poder do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como política indutora de mudanças, consegue se efetivar. É possível perceber que as coleções têm sofrido mudanças muito expressivas ao longo das edições sucessivas deste programa.

Ainda com relação as avaliações, no que diz respeito à Lei 10.639/2003, quanto à África, de fato há uma grande representatividade nos livros em análise; porém, no que se refere ao Brasil, embora haja avanços na representatividade do negro, ainda há alguns silenciamentos. Esta situação se dá com a



Despreocupação com os elementos simbólicos como contribuidores para o nível de tensões sociais que vive o Brasil, mesmo após a redemocratização da política. Tal reflexão não é apresentada [...] e para nós, se dá forjando de maneira positiva a participação da população de maneira geral nas reivindicações populares, não sendo necessárias reivindicações particulares, pois as políticas públicas reivindicadas em âmbito geral dariam conta de atender às demandas de todos. (JESUS, 2012.p. 143).

Desta forma, estes silenciamentos, ocorrem principalmente no que diz respeito aos movimentos sociais de reivindicações gerais, transparecendo que os mesmos dariam conta das reivindicações dos movimentos negros, não levando em consideração que eles possuem uma trajetória histórica específica. Assim, os negros não têm visibilidade e as referências aos seus movimentos estão sempre em conteúdos que complementam o assunto principal, dando-lhes menor importância aos temas que lhes faz menções.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise do livro didático se pôde perceber que embora a Lei 10.639/2003 venha contribuindo para que a história e a cultura africana e afro-brasileira tenha maior visibilidade, na questão que diz respeito aos negros no Brasil, com suas lutas e reivindicações por um reconhecimento que lhes é de direito, percebe-se que o livro didático ainda deixa muito a desejar, pois silencia os negros que lutaram e continuam a lutar por seus direitos, colocando-os em segundo plano, em sua constituição identitária, social, cultural, econômica e política.

Entretanto, não se pode negar o esforço por parte do autor em inserir a temática africana e afro-brasileira no livro. Percebe-se que ele consegue inserir o negro em temas como a Alemanha de Hitler, o Brasil de Dutra, dentre outros. Porém, ainda trata da população negra, suas lutas e conquistas, de forma muito superficial ou até mesmo silenciando-as, sobretudo no Brasil pós-ditadura militar.



REFERÊNCIAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. **O PNLD de História: momentos iniciais.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). *Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **Livros Didáticos entre textos e imagens.** In: *O saber histórico na sala de aula.* São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando o Ensino). BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livros e Materiais Didáticos de História.** In: *Ensino de história: fundamentos e métodos.* São Paulo: Cortez, 2004.

BRANCO, Raynette Castello. **O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife.** 2005. 176f. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, UFP, Recife, 2005.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2015: história: ensino médio.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017. 108 p.

CAIMI, Flavia Eloisa. **O livro didático de História e suas imperfeições: repercussões no PNLD após 20 anos.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). *Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Política e Economia do Mercado do Livro Didático no Século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na Educação Básica Nacional.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). *Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira; RALEJO, Adriana Soares. **Narrativas do “outro” no currículo de História: uma reflexão a partir de livros didáticos.** In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas.* Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

JESUS, Fernando Santos de. **O “negro” no livro didático de História do Ensino Médio e a Lei 10.639/03.** *História & Ensino, Londrina*, n. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade & Cidadania.** 3º ano. São Paulo: FDT, 2013. (Coleção História Sociedade & Cidadania).



Revista
Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade & Cidadania**. 3º ano 2 ed. São Paulo: FDT, 2016. (Coleção História Sociedade & Cidadania).

LIMA, Mônica. **Negra é a raiz da liberdade. Narrativas sobre a escravidão no Brasil em livros didáticos de História**. In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

MORAES, Luciene Maciel Stumbo; MORAES, Wallace dos Santos. **A Revolta dos Malês nos Livros Didáticos de História e a Lei 10.639/2003: uma análise a partir da “Epistemologia Social Escolar”**. In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação**. In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Ensino de História: sujeito, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2007.

ROCHA, Helenice. **Livro Didático de História em Análise: a força da tradição e transformações possíveis**. In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. **A Presença do Negro no Livro de História do Ensino Fundamental: uma primeira análise**. 2010. 31f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, São Gonçalo, 2010.

SILVA, Ana Célia. **A Representação Social do Negro no Livro Didático: o que mudou? Por que mudou?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O livro didático como política pública: perspectivas históricas**. In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo Discursivo e Avaliações do Programa Nacional de Livros Didáticos**. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 12, n. 24, p. 6-29, jul.-dez./2006.

VELASCO, Diego Bruno; BARCELLOS, Vitor Andrade. **Demandas do tempo presente e sentidos de cidadania: redefinições e deslocamentos no currículo de História**. In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.